



Macroprojeto *Bio-Tanato-Educação: Interfaces Formativas*
Projeto de Criação e Editoração do Periódico Científico Revista Metáfora Educacional (ISSN 1809-2705) – versão *on-line*, de autoria da Prof.^a Dra. Valdecí dos Santos.

Editora: Prof.^a Dra. Valdecí dos Santos (Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) *Bio-Tanato-Educação: Interfaces Formativas*) - <http://lattes.cnpq.br/9891044070786713>
<http://www.valdeci.bio.br/revista.html>

Revista indexada em:

NACIONAL

WEBQUALIS - <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam> - da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / Ministério de Educação - Brasil), em **nové** (atualizado em 27/out./2013) subáreas do conhecimento (conforme tabela da CAPES/2012): Ciências Biológicas: Ciências Biológicas II (**C**), Ciências Humanas: História (**B4**), Ciências Humanas: Geografia (**B4**), Ciências Humanas: Psicologia (**B3**), Ciências Humanas: Educação (**B4**), Linguística, Letras e Artes: Letras/Linguística (**B4**), Linguística, Letras e Artes: Artes/Música (**B5**), Multidisciplinar: Ensino: Ensino de Ciências e Matemática (**B2**), Multidisciplinar: Biotecnologia (**C**).
GeoDados - <http://geodados.pg.utfpr.edu.br>

INTERNACIONAL

CREFAL (Centro de Cooperación Regional para la Educación de los Adultos en América Latina y el Caribe) - <http://www.crefal.edu.mx>
DIALNET (Universidad de La Rioja) - <http://dialnet.unirioja.es>
GOOGLE SCHOLAR – <http://scholar.google.com.br>
IRESE (Índice de Revistas de Educación Superior e Investigación Educativa. Base de Datos sobre Educación Iberoamericana) - <http://iresie.unam.mx>
LATINDEX (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) - <http://www.latindex.unam.mx>

n. 15 (jul. – dez. 2013), dez./2013

**O PROGRAMA DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA - PIBID:
CONTRIBUIÇÕES E LIMITES NO ÂMBITO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL**

**SCHOLARSHIP PROGRAM FOR INITIAL TEACHER - PIBID: CONTRIBUTIONS
AND LIMITATIONS IN COURSE OF TRAINING TEACHER**

Maria Rosileide Bezerra de Carvalho

Mestre em Nutrição pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) 
Coordenadora de Área do subprojeto PIBID/CAPES “Ensino e Pesquisa: Articulação Possível”
no Curso de Ciências Biológicas do *Campus* II (Alagoinhas - BA) da Universidade do Estado da
Bahia (UNEB) 

Membro do Grupo de Pesquisa Bio-Tanato-Educação: Interfaces Formativas (UNEB) 
E-mail: mrosebcarvalho@gmail.com

Artigo recebido em 30/ago./2013. Aceito para publicação em 28/out./2013. Publicado em 20/dez./2013.

COMO CITAR O ARTIGO: CARVALHO, Maria Rosileide Bezerra de. O programa de bolsa de iniciação à docência - pibid: contribuições e limites no âmbito dos cursos de formação inicial. In: **Revista Metáfora Educacional** (ISSN 1809-2705) – versão *on-line*, n. 15 (jul. – dez. 2013), Feira de Santana – Bahia (Brasil), dez./2013. p. 287-302. Disponível em: <<http://www.valdeci.bio.br/revista.html>>. Acesso em: DIA mês ANO.

288

RESUMO

O Governo Federal através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES cria o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, que visa reduzir a evasão nos cursos de licenciatura e suprir o déficit de professores da educação básica. O presente artigo tem por objetivo contribuir para a avaliação do PIBID no Curso de licenciatura em ciências biológicas da Universidade do Estado da Bahia, *Campus II*. Os dados foram obtidos mediante consulta a documentos institucionais. A partir de uma breve abordagem sócio-histórica da política educacional brasileira, o Programa será caracterizado do ponto de vista normativo, em sua formulação na esfera Federal. Em seguida, são descritos os contextos de implementação do PIBID na Universidade do Estado da Bahia e no Curso de ciências biológicas do *Campus II*, Alagoinhas, buscando-se a identificação de suas contribuições e limites no decorrer da implementação local. Depreende-se que o PIBID pode contribuir efetivamente para o desenvolvimento de uma prática pedagógica pautada na vivência histórica e cultural, promovendo um sinergismo virtuoso de políticas públicas. Palavras-chave: PIBID, Políticas Educacionais, Currículo, Ciências Biológicas, Licenciatura.

ABSTRACT

The Federal Government through the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel - CAPES, creates the Institutional Scholarship Program for Initiation in Teaching – PIBID to reduce evasion in undergraduate and supply the deficit of teachers to basic education. This article aims to contribute to the evaluation of the course PIBID in the degree of biological sciences from the University of the State of Bahia, Campus II. Data were obtained from the consultation institutional documents. From a brief socio-historical approach of educational policy, the Program will be featured normative point of view, in its formulation in the Federal sphere. Then, we describe the implementation of the contexts PIBID in State University of Bahia and in the Course of Biological Sciences at Campus II, Alagoinhas, seeking to identify their contributions and limitations during the place implementation. Thus, PIBID can contribute effectively to the development of a pedagogical practice based in the historical and cultural experience, promoting a virtuous synergy of public policies.



Keywords: PIBID, Educational Policy, Curriculum, Biological Sciences, School of Teacher.

INTRODUÇÃO

Historicamente, ações sociais direcionadas ao atendimento de necessidades básicas de populações carentes sempre existiram cumprindo papéis políticos, econômicos e ideológicos.

É possível distinguir dois grandes grupos de ações adotadas por sociedade ocidentais capitalistas para o controle da pobreza estruturalmente originada: o primeiro caracteriza-se pelo assistencialismo, através do qual, indivíduos, grupos sociais e instituições buscam dispensar ajuda para excluídos. Essa ação, além de ser utilizada como fonte de poder, caracteriza-se por ser episódica e pulverizada. Não cria consciência crítica ou condições para o crescimento da cidadania, portanto não produz qualquer modificação significativa nas condições estruturais que geram a miséria.

O segundo grupo de ações origina-se a partir de práticas estatais organizadas através de programas específicos e de políticas sociais. Esse representaria a socialização de um gasto necessário à reprodução ampliada da força de trabalho ou ao controle da pobreza, embora possibilite o desenvolvimento da cidadania e de direitos sociais, já que resulta do confronto de grupos sociais politicamente organizados. Entretanto, mesmo as políticas sociais podem se apresentar como projetos assistencialistas do Estado capitalista (ABRANCHES, 1998; DRAIBE, 1988; FLEURY, 1992).

A descentralização de políticas sociais tem sido reconhecida como essencial para a efetividade e eficiência na implementação dos diversos programas. Entretanto, a carência de mecanismos de controle e avaliação destes, impossibilitando correções de deficiências e a inibição de usos clientelistas e fraudulentos dos benefícios, assim como a descontinuidade e pulverização das ações, entre outras causas, justificam a reduzida eficiência do gasto social. Neste sentido, a avaliação de programas sociais e educacionais pode contribuir como fator de controle e de regulação social do Estado (ARRETCHE, 1999; DUARTE; ALMEIDA; COSTA; SILVA, 2009), e vem se constituindo em campo de pesquisa relevante do ponto de vista acadêmico.

A proposição e a implementação das políticas educacionais brasileiras, com sua orientação marcadamente neoliberal nas últimas décadas, têm assumido a qualidade da educação básica como estratégica para o aprimoramento do processo de acumulação de riquezas e aprofundamento do capitalismo, como destacam TAFFAREL *et al.* (2009, p. 273):

As orientações gerais da política educacional no campo da formação de professores e que necessariamente estabelece relações diretas com a educação básica, obedecem, conforme nossa análise, às necessidades postas pela reforma educativa para a educação básica em decorrência das transformações no campo produtivo e das novas configurações no desenvolvimento do capitalismo.

A articulação estabelecida entre a universidade pública brasileira e a formação de professores para a educação básica, mediada pela lógica do mercado, sustenta uma vertente do



processo de acumulação capitalista em torno da educação. Sob tais pilares, os autores supracitados vaticinam:

No marco dos balanços e avaliações das políticas neoliberais de educação, que se pautaram de naturezas compensatórias, focais, assistencialistas, o que reconhecemos é o total fracasso. A qualidade da educação básica e superior anunciada pelo Estado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, não alcançou resultados satisfatórios para a classe trabalhadora, bem como a formação de professores que não vem atendendo as demandas nacionais. (TAFFAREL *et al.*, 2009, p.259)

Neste cenário de crise educacional, o Governo Federal através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES cria o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID pelo Decreto 6.316, de 20 de dezembro de 2007. O Programa, entre outros objetivos, visa: incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; contribuir para a valorização do magistério e elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica.

É cabível, portanto, questionar se o PIBID ao constituir-se em política pública de natureza regulatória, fundada no discurso neoliberal da qualidade e voltada para o atendimento das demandas de mercado, possibilitaria, em sua implementação local, o resgate do sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, garantindo alternativas criativas e emancipatórias¹ (MÉSZÁROS, 2005; MORADILLO, 2010; TONET, 2007).

O presente artigo tem por objetivo geral contribuir para a avaliação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, mediante identificação das contribuições advindas e limites em sua implementação, no Curso de licenciatura em ciências biológicas da Universidade do Estado da Bahia, *Campus II*, no período de agosto de 2012 a agosto de 2013, tendo como pano de fundo a implantação e operacionalização da matriz curricular, ocorrida a partir de 2004.

Mais especificamente, objetiva-se: 1) Caracterizar o PIBID, do ponto de vista normativo, em sua formulação na esfera Federal; 2) Descrever o contexto de implementação do PIBID na Universidade do Estado da Bahia e no Curso de ciências biológicas do *Campus II*, Alagoinhas; 3) identificar contribuições e limites do Programa no decorrer de sua implementação local.

A escolha do referido Curso como cenário para análise e avaliação emergiu dos questionamentos advindos a partir da *práxis* da autora deste artigo, enquanto docente e coordenadora de área do subprojeto PIBID/CAPES “Ensino e pesquisa: articulação possível”, no mesmo.

Apesar da formulação e implementação recentes, o PIBID tem sido objeto de análise pelos vários atores que o compõem, entretanto a maioria dos estudos realizados restringe-se à descrição e análise de experiências pontuais, carecendo de uma visão mais completa sobre o processo de formulação e operacionalização do Programa, que explicita suas dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais.

¹ Para Mézáros (2008), “educação não é um negócio, é criação, portanto não deve qualificar para o mercado, mas para a vida. Pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano, exige a superação da lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos”.



A partir de uma breve abordagem sócio-histórica da política educacional brasileira, será discutido nosso objeto de estudo: O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID e suas contribuições e limites no âmbito do Curso de licenciatura em ciências biológicas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/*Campus II*.

1 EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA

O capitalismo, a partir do modelo fordista², ao longo do século XX, estruturou-se predominantemente através do trabalho assalariado, constituindo nos países centrais a sociedade salarial, que proporcionava aos trabalhadores, além da renda, reconhecimento e proteção social. Nesta perspectiva, o trabalho assalariado era determinante para o processo de inserção na estrutura social (CASTEL, 1999).

Druck (1999) destaca que o mercado de trabalho e o processo de assalariamento no Brasil diferem deste padrão de relação tipicamente fordista, visto que não ocorreu o processo de integração de amplas massas ao mercado de trabalho e de consumo. Ademais, não foi constituído no país um Estado de Bem Estar Social³.

O modelo fordista de regulação da sociedade capitalista, ao entrar em crise a partir do final da década de 1960, gera mudanças profundas em todas as dimensões da vida social. Em decorrência, sob novas bases, são criadas condições objetivas e subjetivas para a reação do capital que, do ponto de vista do trabalho, traduz-se pela reestruturação produtiva. Esta última, caracteriza-se fundamentalmente pela flexibilização das relações de trabalho, reordenamento do mercado de trabalho, novas tecnologias produtivas, novos padrões competitivos e inovações organizacionais. (HARVEY, 1992; DRUCK, 1999; MORADILLO, 2010).

Segundo Harvey (1992), as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do capitalismo contemporâneo estão relacionadas ao processo de transição do regime fordista para o de acumulação flexível.

A educação, enquanto fator econômico necessário à reprodução do capital é moldada entre as décadas de 1960 e 1970, através da teoria do capital humano. Esta, a partir do pressuposto de que o crescimento econômico implicaria aumento de empregos, associava a expansão do sistema educativo e o planejamento da oferta dos recursos humanos, objetivando atender demandas do mercado.

Neste cenário de economicismo na política educacional e de direitos civis cerceados após o golpe militar de 1964, são aprovadas a Reforma Universitária em 1968 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971.

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva tem início nos anos de 1980, redefinindo o mercado de trabalho e as relações sociais de produção. Consequente a tais mudanças, há o recrudescimento do processo de precarização do trabalho; desemprego estrutural

² Fordismo designa, mais amplamente, um modo de desenvolvimento que marca determinada fase da sociedade capitalista em países centrais, mas também, princípio geral de organização da produção que se caracteriza por: divisão e especialização do trabalho (racionalização taylorista), utilização de equipamentos especializados, produção em massa e padronização da produção (DRUCK, 1995).

³ O Estado de Bem Estar Social tem por modelo a necessidade de intervenção do Estado na economia e caracteriza-se pela promoção de políticas sociais como estabilidade no emprego, previdência social, direito à educação, moradia, transporte, entre outras ações.



– derivado do crescimento econômico associado à eliminação de postos de trabalho e empregos; e, exclusão social. Assim, crescimento econômico não implica necessariamente aumento de empregos e a tese do capital humano é retomada dentro de uma lógica da reprodução do capital condizente com a reestruturação produtiva vigente (FRIGOTTO, 1995; LIMA, 2005; MORADILLO, 2010).

Em torno da segunda metade dos anos 1990, a educação e a formação de professores ganham importância estratégica para a realização das reformas educacionais, particularmente a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso. A reforma curricular dos cursos de graduação, advinda da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, foi deflagrada pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC), através do Edital N° 04, de 4 de dezembro de 1997. Este trazia orientações de que tais Diretrizes Curriculares deveriam possibilitar às IES definir: os perfis profissionais para cada área de conhecimento, garantindo uma flexibilidade de cursos e de integração do ensino de graduação com a pós-graduação, e, as competências e habilidades que se desejam desenvolver nos seus estudantes.

A vinculação entre o processo de formação educacional e as exigências do setor produtivo, seja no ensino médio ou superior, fica evidente em documentos e discursos oficiais, que visam adequar a formação de profissionais ao atendimento das demandas de um mercado globalizado. Desta forma, a crise educacional passa a ser descrita como uma crise de eficiência e produtividade do sistema, cuja superação dependeria da adoção de mecanismos corretivos baseados no mercado. Este aparece, então, como um regulador das políticas educacionais e conseqüentemente da formação docente, tendo em vista que as regulamentações do Conselho Nacional de Educação, intensificadas no período de 1999 a 2002, colocam no centro do debate a atuação dos professores (VARJÃO, 2008).

Assim, a definição de competências é apresentada como nuclear na organização curricular. Dias (2001) destaca que a proposta de currículo para a formação do professor, pautada em competências, enfatiza as dimensões técnica e administrativa, em detrimento das dimensões ética, moral e política.

Ao analisar a transição na política educacional decorrente da mudança de Governo - Fernando Henrique Cardoso para Luis Inácio Lula da Silva -, Lopes (2004) identifica uma continuidade entre as políticas curriculares dos dois Governos.

Pensar um currículo e o fazer universitário que superem a simples formação profissional passaria necessariamente pela adoção de uma educação contextualizada, na qual os aspectos sócio-históricos (ético-político, epistemológico e econômico) constituam os pilares dos projetos político pedagógicos, o trabalho represente princípio educativo, e cujo objetivo precípua seja a emancipação humana (MORADILLO, 2010; TONET, 2007).

Nesta perspectiva, o PIBID, enquanto elemento de uma política regulatória, que busca corrigir um significativo déficit de professores para a educação básica, seja pela redução da evasão dos cursos de formação inicial, e/ou estímulo à busca destes via ingresso nas IES, reforça o formato dominante de escolas profissionais que historicamente a universidade brasileira tem assumido.

Em seguida, faremos breve abordagem sobre o PIBID enfocando sua formulação, bases legais, objetivos e estrutura organizacional.



2 O PROGRAMA DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA – PIBID, BREVE APROXIMAÇÃO⁴

O PIBID constitui um dos Programas da Diretoria de Educação Básica Presencial – DEB. Esta foi criada em meados de 2007, quando a Lei 11.502, de 11 de julho de 2007, conferiu à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES as atribuições de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica e estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades. Esta vinculação institucional proposta na formulação do Programa traduz uma decisão estratégica de fomentar a integração entre programas de pós-graduação, cursos de formação de professores e escolas públicas de Educação Básica.

As bases legais para a institucionalização do Programa no contexto nacional são:

- Portaria Normativa nº 38, de 12/12/2007, publicada no DOU de 13/12/2007, instituindo o PIBID;
- Decreto nº 7.219, de 24 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID;
- Portaria nº 260, de 30 de dezembro de 2010 - Aprova as normas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID;

A institucionalização do PIBID principia com a substituição das Portarias que o regulamentavam pelo Decreto 7.219/2010. Em 04 de abril de 2013, a Presidente Dilma Rousseff sanciona a Lei Nº 12.796 que: “Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.” (Brasil, 2013 p.1), traz no inciso 5º, Art. 62 a normalização do PIBID enquanto política de Estado, objetivando viabilizar sua consolidação e continuidade na agenda das políticas públicas educacionais:

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior (Brasil, 2013. p.3).

Ao ser lançado, em 2007, o PIBID tinha como prioridade de atendimento as áreas de Física, Química, Biologia e Matemática para o ensino médio, dada a carência de professores nessas disciplinas. A partir de 2009, o programa passou atender a toda a Educação Básica, incluindo educação de jovens e adultos, indígenas, campo e quilombolas. Atualmente, a definição dos níveis a serem atendidos e a prioridade das áreas cabem às instituições participantes, verificada a necessidade educacional e social do local ou da região.

⁴ As informações relativas a este item foram sistematizadas a partir da consulta aos seguintes documentos: Relatório de Gestão 2009-2011 produzido pela Diretoria de Educação Básica Presencial – DEB/PIBID; Decreto Federal nº 7.219 de 24/07/2010 e Portarias Normativas DEB/CAPES nº 38, de 12/12/2007 e nº 260, de 30/12/2010, disponíveis no site: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>.



A apresentação das propostas institucionais, realizada pelas Instituições de Ensino Superior (IES) exclusivamente por meio eletrônico, obedece à cronograma e a normas dispostas em editais próprios. O processo de avaliação por mérito é realizado por comissões *ad hoc*, compostas por especialistas em áreas afins e nomeadas por portaria. Tem existido, até o momento, uma periodicidade no lançamento dos editais do Programa, além do incentivo à construção de redes colaborativas e de propostas interdisciplinares.

A partir de 2012, as instituições já participantes passaram a concorrer na forma de um Edital simplificado. Neste, a manutenção ou ampliação dos projetos institucionais é realizada com base nos relatórios apresentados, justificativa e planilha com metas, em um mecanismo de fluxo contínuo. Novos Editais seriam lançados para Instituições ainda não participantes.

Apresentaremos, a seguir, o histórico dos Editais PIBID até a presente data:

- Edital MEC/CAPES/FNDE Nº 01/2007 - para Instituições Federais de Ensino Superior-IFES;
- Edital CAPES Nº 02/2009 - para instituições federais e estaduais de ensino superior;
- Edital CAPES Nº 18/2010 - para instituições públicas municipais e comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos;
- Edital Conjunto Nº 2/2010 CAPES/Secad - para instituições que trabalham nos programas de formação de professores Prolind e Procampo;
- Edital Nº1/2011, para instituições públicas em geral – IPES.

O crescimento do PIBID, no período compreendido entre os Editais já o coloca, em janeiro de 2011, como o segundo maior programa de bolsas da CAPES, com 31.252 bolsas. Após o Edital de 2012, são totalizadas 49.231 bolsas.

Em 02 de agosto de 2013 a CAPES, divulgou o edital nº 61/2013 que selecionará novos Projetos Institucionais. Com este Edital, o PIBID visa à concessão de 72.000 bolsas, sendo que 10.000 serão destinadas a alunos de licenciatura do Programa Universidade para Todos – ProUni e aos professores envolvidos na orientação e supervisão dos mesmos.

Quanto aos objetivos do Programa, constantes nas Portarias Normativas já citadas, destacamos:

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- Contribuir para a valorização do magistério;
- Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-os protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e,
- Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

O arcabouço do PIBID na configuração atual inclui a participação de:

- **Instituições Públicas de Ensino Superior** – federais, estaduais e municipais - e instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas, privadas sem fins lucrativos, participantes de programas estratégicos do MEC, como o REUNI, o ENADE, o Plano



Nacional de Formação para o Magistério da Educação Básica – Parfor e UAB. Os editais definem as instituições que podem participar em cada edição;

- **Bolsistas de iniciação à docência** - alunos regularmente matriculados em cursos de licenciatura das instituições participantes com dedicação mínima mensal de 30 horas ao Projeto. Valor da bolsa: R\$ 400,00;
- **Coordenador institucional** - docente responsável pela coordenação do projeto no âmbito da IES e interlocutor da CAPES. Valor da Bolsa: R\$ 1.500,00;
- **Coordenadores de área** - docentes das IES responsáveis pela coordenação e desenvolvimento dos subprojetos, nas áreas de conhecimento que participam do Programa. Em IES com elevado número de bolsistas, podem ser definidos **coordenadores de área de gestão** de processos educacionais, que atuam como coordenador adjunto, apoiando o coordenador institucional; Valor mensal das bolsas: R\$1.400,00;
- **Supervisores** - professores das escolas públicas de educação básica que integram o Projeto. Acompanham e supervisionam as atividades dos bolsistas de iniciação à docência. Valor mensal da bolsa: R\$ 765,00.

O financiamento do PIBID é regulamentado pelo Decreto Nº 7.219, de 24 de julho de 2010, que estabelece o pagamento das bolsas diretamente aos beneficiários por meio do Sistema de Auxílios e Concessões – SAC, da CAPES. Ademais, é repassado um recurso de custeio para as IES. Este recurso baseia-se no número de bolsistas de iniciação à docência participantes do projeto institucional. A base de cálculo para o valor do recurso de custeio é de R\$ 750,00/ano por bolsista de iniciação à docência participante do projeto institucional, até o limite de R\$30.000,00 por subprojeto/ano. A execução orçamentária do PIBID – bolsas e custeio – nos exercícios 2009, 2010 e 2011, totalizou R\$ 239.038.820,14.

As inúmeras avaliações positivas realizadas pelos atores do PIBID e divulgadas em eventos acadêmicos nacionais endossam a proposição do sinergismo das ações empreendidas entre a universidade e a educação básica no âmbito do Programa. Entretanto, a despeito desses resultados, importa analisar se a universidade, a partir da implementação do PIBID tem redirecionado o ensino no sentido de superar a simples formação de mão de obra especializada em prol de uma educação pelo trabalho cujo objetivo maior seja a emancipação humana.

3 O CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB, CAMPUS II: O CENÁRIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SUBPROJETO PIBID – “ENSINO E PESQUISA: ARTICULAÇÃO POSSÍVEL”

A Universidade do Estado da Bahia é estruturada no sistema *multicampi*, possui atualmente 29 Departamentos instalados em 24 *campi*, sendo um na capital do Estado, Salvador, e os demais em municípios do interior do Estado. O *campus* II está localizado em Alagoinhas, município sede do Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano, de coordenadas geográficas 12°08’ de latitude sul e 38°30’ de longitude oeste.

A autorização de funcionamento da UNEB foi dada pelo Decreto nº 92.937, de 17 de junho de 1986, e seu credenciamento aprovado por meio do Ato nº 423/2011 do Conselho Estadual de Educação, em 16.12.2011, por um prazo de oito anos.



A Lei nº 7.176, de 10 de setembro de 1997, reestruturou as Universidades Estaduais da Bahia, transformando as várias faculdades e centros de ensino superior em Departamentos. Assim, a Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas passou a denominar-se *Campus II*, sendo dividido em dois Departamentos: o de Educação (DEDC) e o de Ciências Exatas e da Terra (DCET), a distribuição dos cursos se fez pelo critério licenciatura – bacharelado. Os Cursos de licenciatura em letras, história e ciências biológicas ficaram no Departamento de Educação e o Curso de bacharelado em análise de sistemas, no Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Através da Resolução CONSEPE nº 226/98, o Curso de ciências biológicas foi transferido para o DCET.

Em 2004, o Conselho Universitário da UNEB (CONSU), por meio da Resolução nº 267, autorizou o redimensionamento curricular dos cursos de formação de professores da Universidade, dentre estes, o curso de licenciatura em ciências biológicas do *Campus II* – Alagoinhas. Este tem a carga horária de 3.355 horas com duração mínima de 4 anos e período máximo de 6 anos para integralização curricular, sendo a matrícula semestral. Até 2011, eram destinadas 70 vagas anuais para o Curso, sendo 35 vagas a cada semestre, preenchidas através de processo seletivo realizado pela Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE) da UNEB. Deste total, 40% das vagas são destinados a afrodescendentes e 5% para candidatos indígenas, conforme Resolução nº 468/2007 do CONSU. A partir de 2011, foram disponibilizadas 15 vagas, do total ofertado, para serem preenchidas por alunos classificados pelo sistema MEC/SISU. A partir do vestibular de 2012, foi estabelecida uma entrada anual para o Curso, via vestibular, disponibilizando-se um total de 40 vagas. As reservas anteriormente discriminadas foram mantidas, alterando-se apenas o percentual para indígenas, que foi suprimido. Assim, caso exista candidato à vaga, esta será criada adicionalmente.

A procura pelo Curso de licenciatura em ciências biológicas através de processo seletivo vestibular é a mais representativa, seguida pelas transferências internas. Esta procura tem decrescido ao longo dos anos, o que pode ser explicado pela oferta expressiva de outros cursos por parte de Instituições Privadas de Educação Superior, no município de Alagoinhas, notadamente no período noturno, e, pela oferta de cursos de graduação de regime especial, como os programas: Rede UNEB, PROESP e Plataforma Freire.

Em 2005, o curso obteve conceito máximo 5 (cinco) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE/INEP/MEC). Entretanto, em 2008, os ingressantes e concluintes, como estratégia de reivindicação por melhorias estruturais para o *campus II* e curso de ciências biológicas, definiram por não responder à prova. Esta decisão discente comprometeu a avaliação do Curso, que obteve conceito 2 (dois).

O projeto pedagógico de formação profissional da licenciatura em ciências biológicas do *campus II* – UNEB segue as diretrizes curriculares instituídas pelas resoluções CNE/CP nº 1/2002 e CNE nº 2/2002, ao estabelecer que as habilidades e competências específicas sejam desenvolvidas numa perspectiva multi e interdisciplinar a partir de três eixos: epistemologia e racionalidade, biodiversidade num contexto ecológico e evolutivo e contexto pedagógico, que se articulam. Ademais, são incorporadas 400 horas de prática como componente curricular, 400 horas de estágio curricular e 200 horas de atividades acadêmico-científicas e culturais (AACC).

A UNEB participou dos editais PIBID/CAPES de 2009, 2010 e 2011, que totalizaram, no ano de 2012, a aprovação e implementação de 39 subprojetos em 20 municípios do Estado. A estrutura organizacional é composta por: dois coordenadores institucionais; dois coordenadores de gestão; 39 coordenadores de área; 79 bolsistas de supervisão e 669 bolsistas de iniciação à docência.



Em agosto de 2012, iniciaram-se as ações previstas no subprojeto PIBID/CAPES “Ensino e pesquisa: articulação possível”, que possui como eixo a articulação ensino-pesquisa e sua utilização como estratégia de aprendizagem da docência na área de biologia. Adotou-se como pressuposto a premissa de que a inserção precoce na realidade escolar proporciona ampliação da dimensão prática da formação destes futuros profissionais, potencializando ações transformadoras na sociedade.

Foram selecionados 20 discentes regularmente matriculados entre o primeiro e quarto semestre no Curso para atuar em duas Escolas Estaduais de Educação Básica. Considerou-se, entre outros, o critério de vulnerabilidade socioeconômica no processo seletivo e estão previstas substituições anuais visando ampliar a participação discente. Os bolsistas supervisores, professores que atuam em educação básica e com formação superior na mesma área de conhecimento do subprojeto, foram indicados por seus pares.

Preliminarmente, realizou-se levantamento diagnóstico dos aspectos socioeconômicos, hábitos de estudo dos alunos e condições estruturais e funcionais da oferta dos cursos, mediante aplicação de questionário semiestruturado e observação participante. Os dados obtidos nortearam as ações a ser executadas, das quais destacamos: participações e observações nas atividades docentes presentes no cotidiano da escola, tais como: semana pedagógica, planejamentos, reunião de pais e mestres, período de avaliação, conselho de classe; formação de grupos de estudo voltados para o reforço e o estímulo à compreensão de conceitos e temas básicos da Biologia/Ciências, que funcionam em turno oposto ao da oferta do curso na Escola Básica; realização de aulas de campo e práticas em laboratório que permitam melhor compreensão dos temas abordados; produção de material didático alternativo para o ensino de Biologia e Ciências. Estimula-se uma coleta sistemática de dados mediante registros no diário de campo, gravações de áudio, vídeo e fotografias visando à produção de resumos e artigos sobre a experiência de formação vivenciada, bem como acerca do ensino de Biologia para a divulgação em eventos científicos.

Entre os resultados pretendidos com a execução do subprojeto, destacamos:

- A redução dos índices significativos de evasão do Curso de licenciatura em ciências biológicas UNEB/*campus* II. A evasão universitária em Instituições Públicas, sobretudo nos cursos de licenciatura, apresenta-se como um grande problema a ser solucionado em virtude dos recursos humanos e financeiros investidos. Iniciativas que valorizam e qualificam a docência, e contribuam financeiramente para a permanência discente na Universidade, modificam positivamente esta realidade. Nesta perspectiva, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID constitui estratégia singular para a consecução da integralização curricular discente (CARVALHO, 2012);
- O estímulo à formação docente de bolsistas de iniciação à docência participantes do subprojeto. Neste aspecto, a inserção precoce no cotidiano escolar, a sistematização e realização de planejamento pedagógico, a elaboração e execução de projetos contribuem para o alcance desta meta. Destacamos, também, a disponibilização e utilização de referencial teórico que forneça o embasamento necessário para a articulação factível entre o ensino e pesquisa e o concomitante estímulo à produção científica;
- Melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB das Escolas participantes. Para tanto, as ações propostas no âmbito do subprojeto, preconizam: reforço de conteúdos, realização de aulas práticas, atividades lúdicas, utilização de recursos audiovisuais.



Quanto às dificuldades e limitações identificadas para implementação local do subprojeto, ressaltamos: a completa falta de autonomia na sua execução orçamentária, realizada pela Coordenação Institucional, impondo restrições e cortes que inviabilizam a consecução das ações propostas; não comprometimento de alguns bolsistas de iniciação à docência, que no decorrer de suas atuações demonstram pouca afinidade com a docência, buscando permanecer no subprojeto em virtude da bolsa recebida mensalmente. Observa-se maior empenho por parte dos discentes nos dois semestres iniciais, confirmando que o lugar do PIBID nos cursos deve ser prioritariamente no primeiro ano letivo; e, a não disponibilidade de carga horária dos bolsistas supervisores para as atividades propostas fora do espaço escolar.

CONCLUSÃO

A proposição e a implementação das políticas educacionais brasileiras, com sua orientação marcadamente neoliberal nas últimas décadas, têm assumido a qualidade da educação básica como estratégica para o aprimoramento do processo de acumulação de riquezas e aprofundamento do capitalismo.

Tais políticas neoliberais de educação, caracteristicamente compensatórias, focais e assistencialistas resultaram em fracasso. A qualidade da educação básica e superior anunciada pelo Estado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, não alcançou resultados satisfatórios para a classe trabalhadora, bem como a formação de professores que não vem atendendo as demandas nacionais.

Neste cenário de crise educacional, o Governo Federal através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES cria o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, que entre outros objetivos, visa: incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; contribuir para a valorização do magistério e elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica.

A discussão acerca da implementação do PIBID no curso de licenciatura em ciências biológicas da UNEB - *campus* II, busca, prioritariamente, identificar potencialidades e articulações no âmbito do currículo, uma vez que constitui limitação inequívoca o número reduzido de discentes beneficiários. Ademais, possibilita o resgate do sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, garantindo alternativas criativas e emancipatórias.

O estudo, ao abordar aspectos normativos, processuais e de resultados na avaliação do PIBID em sua implementação local, suscita o acompanhamento sistemático das ações do Programa e da trajetória acadêmica e profissional dos seus beneficiários, contribuindo para o fortalecimento da articulação ensino-pesquisa no Curso em questão.

A inserção precoce na realidade escolar proporciona ampliação da dimensão prática na formação de licenciandos, potencializando ações transformadoras na sociedade. Nesta perspectiva, o PIBID pode contribuir efetivamente para o desenvolvimento de uma prática pedagógica pautada na vivência histórica e cultural, promovendo um sinergismo virtuoso de políticas públicas.



REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Política social e combate à pobreza, A Teoria da prática. In: ABRANCHES, Sérgio Henrique, SANTOS, Wanderley Guilherme dos, COIMBRA, Marcos Antônio. **Política social e combate à pobreza**. 4ª Ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 9-31.

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n.40, p.111-114, jun. 1999.

BAHIA. Governo do Estado. **Lei Delegada nº 66, de 01.06.83**: Cria a Universidade do Estado da Bahia - UNEB e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial do Estado em 01.06.1983.

BAHIA. Governo do Estado. **Lei Delegada nº 67, de 01.6.1983**: Reorganiza a Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial do Estado em 01.06.1983.

BAHIA. Governo do Estado. **Decreto nº 92.937, de 17.6.1986**: Autoriza o funcionamento da UNEB. Publicado no Diário Oficial do Estado em 17.07.1986.

BAHIA. Governo do Estado. **Lei nº 7.176, de 10. 9.1997**: Reestrutura as Universidades Estaduais da Bahia e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial do Estado em 10.09.1997.

BAHIA. Universidade do Estado da Bahia. Conselho Universitário. **Resolução nº 268, de 10.08.2004**: Aprova a reformulação no sistema de reservas de vagas para negros e indígenas e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial do Estado em 16.08.2007.

BAHIA. Universidade do Estado da Bahia. Conselho Universitário. **Resolução nº 288, de 13.7.2004**. Cria, autoriza a implantação e o funcionamento de Cursos de Graduação e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial do Estado em 14.07.04.

BAHIA. Universidade do Estado da Bahia. Conselho Universitário **Resolução nº335, de 25.7.2005**. Aprova as alterações curriculares do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, autorizado pela Resolução 267/2004 dos *Campi* que indica. Publicada no Diário Oficial do Estado em 07.8.2005.

BAHIA. Governo do Estado. **Decreto nº 9.751, de 03.1.2006**. Dispõe sobre o Recredenciamento da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Publicada no Diário Oficial do Estado em 04.11.2006.

BAHIA. Universidade do Estado da Bahia. Conselho Universitário **Resolução nº468, de 10.8.2007**. Aprova a reformulação no sistema de reservas de vagas para negros e indígenas e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial do Estado em 16.8.2007.



BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicada no Diário Oficial da União em 23.12.1996.

BRASIL. Lei n. 12.796, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: [HTTP://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/wwiw_identificacao/lei12.796](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/wwiw_identificacao/lei12.796) - 2013. Acesso em: 20 mai. 2013.

BRASIL, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 38, de 12 de dezembro de 2007**: institui o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Publicada no DOU de 13/12/2009.

BRASIL, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 122, de 16 de setembro de 2009**: dispõe sobre Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, no âmbito da CAPES. Publicada no DOU de 18/09/2009.

BRASIL, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 72 de 09 de abril de 2010**: Dá nova redação a Portaria que dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, no âmbito da CAPES. Publicada no DOU de 12/04/2010.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto nº 7.212, de 24 de junho de 2010**: Dispõe Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Publicado no DOU de 25/06/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 18.2.2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Publicada no Diário Oficial da União em 04.3.2002 e republicado com correções em 09.04.2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 19.2.2002**. Instituiu duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Publicada no Diário Oficial da União em 04.03.2002

CARVALHO, Maria Rosileide Bezerra de; REGO, Evandro José Lima; QUEIRES, Luis Carlos Soares. O processo de implantação e funcionamento do curso de licenciatura em ciências biológicas da universidade do estado da Bahia - campus II – Alagoinhas. In: **Revista Metáfora Educacional** (ISSN 1809-2705) – versão *on-line*, n. 12 (jan. – jun. 2012), Feira de Santana – BA (Brasil), jun./2012. p. 3-18. Disponível em: <<http://www.valdeci.bio.br/revista.html>>. Acesso em: 20 de julho de 2012.

CARVALHO, Maria Rosileide Bezerra de. O PIBID como Estratégia de Combate à Evasão nos Cursos de Licenciatura. In: III Encontro Nacional das Licenciaturas e II Seminário Nacional do PIBID, 2012, São Luís do Maranhão. **Resumos...** São Luís, 2012, p. 50.



CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DANAZZI, Maria Virgínia; LORDELO, José Albertino Carvalho. A importância dos estudos com egressos na avaliação de programas. In: DANAZZI, Maria Virgínia; LORDELO, José Albertino Carvalho (Org.). **Estudos com estudantes egressos: concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas**. Salvador. EDUFBA. 2012.

DENIS, J. CHAMPAGNE, F. Análise de Implantação. In: HARTZ, Zulmira (org.). **Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1997.

DIAS, R. E. **Competências** – um conceito recontextualizado no currículo para a formação de professores no Brasil. 24a Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2001.

DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. Welfare State, crise e gestão da crise: Um balanço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. V.3, n.6, p. 53-78, fev. 1988.

DRUCK, Graça. **Teceirização: (des)fordizando a fábrica** – um estudo do complexo petroquímico de Camaçari. Campinas: Boitempo. 1999.

DUARTE, Marisa R. T.; ALMEIDA, J. M.; COSTA, K. S; SILVA, V. R. Os Desafios Teóricos Metodológicos e a Avaliação de Programas Educacionais. In: DUARTE, Marisa R. T. (Org.). **Palavra de Jovens sobre o ProJovem: estudos com egressos e a formação em avaliação de programas educacionais**. Belo Horizonte: Editora Escritório de História, 2009.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

FLEURY, Sônia. Estado latino-americano e políticas sociais: Limitações e tendências na conformação da cidadania e do Estado. **Planejamento e políticas públicas**. São Paulo, n.8, dez. 1992.

GENTILI, P. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, cap. 8, p. 228-252, 1995.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola. 1992.

HARTZ, Zulmira (org.) **Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1997.

LIMA, Maria Emília C. C. **Sentidos do Trabalho: a educação continuada de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LOPES, A. C. A estabilidade do currículo disciplinar: o caso das ciências. In: **Disciplinas e Integração Curricular: História e Políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.73-94.



_____. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, p.109 a 118, maio/ago. 2004.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORADILLO, Edilson Fortuna de. **A dimensão prática na licenciatura em química da Ufba: possibilidades para além da formação empírico-analítica**. 2010. 264f. il. Tese (Doutorado) – Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; SÁ, Kátia Oliver de; SOUZA, Jones Bispo de; COSTAMILLAN, Wagner Rossi. Universidade brasileira e a educação básica- relações e contradições em sua objetivação na formação de professores e na apropriação do capital. In: TENÓRIO, Robson e LORDELO, José Albertino Carvalho (Org.). **Educação básica: contribuições da pós-graduação e da pesquisa**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 257-274.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

VARJÃO, Tatiana do Amaral. **Licenciatura em química da UNEB: aspectos do currículo que facilitam ou dificultam o percurso discente**. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

